



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Patriota Malta

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0006927-80.2013.8.17.0000(0308257-7) JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE.**

**AGRAVANTE:**

**ADVOGADO**

**AGRAVADO**

**ADVOGADO**

**RELATOR.**

**SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

**Ilza Regina Defilippi Dias SP 027215**

**JOSEFINA VALÉRIA BEZERRA RODRIGUES DA SILVA E OUTROS**

**Daniella Torres Silva PE 018393**

**DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO SECURITÁRIA RELATIVA A IMÓVEL. INDENIZAÇÃO. SUPOSTA VIOLAÇÃO DA LEI 12.409/11. **PRELIMINARES:** INÉPCIA DA INICIAL, CARÊNCIA DE AÇÃO PELA QUITAÇÃO E PRESCRIÇÃO - **REJEITADAS.** EXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSTRUÇÃO NÃO AFASTA A COBERTURA SECURITÁRIA. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA MATÉRIA - JUSTIÇA ESTADUAL. INTELIGÊNCIAS DAS SÚMULAS 058 E 094 TJPE. **MÉRITO:** PROVIMENTO NEGADO. DECISÃO UNÂNIME

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0006927-80.2013.8.17.0000(0308257-7) em que figuram como parte Agravante **SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS** e como parte Agravada **JOSEFINA VALÉRIA BEZERRA RODRIGUES DA SILVA E OUTROS**. Os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *"Por unanimidade, rejeitou-se as preliminares de inépcia da inicial, carência de ação e prescrição. Mérito: Em decisão unânime, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator"*. tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 26 de setembro de 2013.

  
**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.

239.

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0006927-80.2013.8.17.0000(0308257-7) JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE.**

**AGRAVANTE:**

**SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

**ADVOGADO**

**Ilza Regina Defilippi Dias SP 027215**

**AGRAVADO**

**JOSEFINA VALÉRIA BEZERRA RODRIGUES DA SILVA E OUTROS**

**ADVOGADO**

**Daniella Torres Silva PE 018393**

**RELATOR.**

**DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO.**

Cuida-se de **Instrumental** interposto pela Sul América Companhia Nacional de Seguros, nos autos da Ação Ordinária de Indenização Securitária de nº 0010195-45.2010.8.17.0810, atacando decisão que **rejeitou as preliminares** de: a) Ilegitimidade passiva, interesse da União e da Caixa Econômica federal e a Competência da Justiça Federal; b) Ilegitimidade ativa dos autores e **Carência de Ação**; c) **Inépcia da inicial**; d) Falta de interesse de agir, e no mérito fixando aluguel no valor de R\$ 809,10 (oitocentos e nove reais e dez centavos).

Persegue a agravante a reforma da decisão hostilizada, trazendo argumentos que diz demonstrar o desacerto daquela decisão, **tanto** nas arguições das preliminares: – **Inépcia da Inicial, Carência da Ação e Prescrição, quanto** em razão da nova competência para julgamento das ações securitárias pela publicação da Lei 12.409/2001 - (Justiça Federal), já que há o comprometimento do FCVS e consequente legitimação da Caixa Econômica Federal.

O instrumento exsurgiu com as peças obrigatórias e foi apresentado no prazo legal.

À fl. 203 esta relatoria reservou-se a analisar o pedido liminar, para tão somente após a ouvida da parte adversa.

Em contrarrazões às fls. 209/230, os agravados rebatem todas as alegações ali expostas.

Preparos apresentados à fl. 22.

É o que de essencial havia a ser relatado.

À pauta.

Recife, 12 de setembro de 2013.

**Des. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**  
**RELATOR**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0006927-80.2013.8.17.0000(0308257-7) JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE.**

**AGRAVANTE:**

**SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

**ADVOGADO**

**Ilza Regina Defilippi Dias SP 027215**

**AGRAVADO**

**JOSEFINA VALÉRIA BEZERRA RODRIGUES DA SILVA E**

**OUTROS**

**ADVOGADO**

**Daniella Torres Silva PE 018393**

**RELATOR.**

**DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO DO DES. RELATOR.**

Inicialmente, **DEFIRO** o pedido feito para que as publicações e as capas processuais saiam em nome dos Drs. Nelson Luiz Nouvel Alessio OAB-SP 61713 e da Drª Ilza Regina Defilippi Dias OAB-SP 27215 e 155.170 OAB-RJ.

Inicialmente devo enfrentar as preliminares levantadas pela agravante:

**PRIMEIRA PRELIMINAR: INÉPCIA DA INICIAL** – Alegando que a petição inicial além de não ser clara e precisa, ainda não informa as datas em que se constataram os danos físicos verificados nos imóveis.

Tais argumentos não devem ensejar a inépcia da peça inaugural. A presente ação objetiva condenação da seguradora ao pagamento de indenização correspondente ao valor da recuperação dos imóveis sinistrados. A verificação dos sinistros e a responsabilidade da seguradora em pagar a reparação dizem respeito ao mérito da ação de piso, com a contestação já apresentada negando a cobertura securitária, ademais, os danos alegados pelos requerentes têm caráter permanente e evolutivo, tornando difícil a indicação precisa da data de ocorrência dos sinistros dos imóveis.

Assim, sem mais delongas, **rejeito** esta preliminar.

**É COMO VOTO.**

— Recebi, 24/09/2013.

*[Assinatura manuscrita]*



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.

**SEGUNDA PRELIMINAR: CARÊNCIA DE AÇÃO PELA QUITAÇÃO** - Argumentando que uma vez encerrado o contrato de financiamento, com a quitação integral do preço, não mais persiste o ônus hipotecário que recaia sobre o imóvel e consequentemente a cobertura securitária reclamada.

Também não tem este argumento como prosperar, já que está pacificado tanto em nossos Tribunais quanto na Corte Superior que os danos ocorridos no período do financiamento - vício de construção, a quitação do contrato de financiamento após os sinistros não afasta o dever de indenizar.

Eis julgados:

MÉRITO. DANOS NOS IMÓVEIS PREPONDERANTEMENTE CAUSADOS POR VÍCIOS NA CONSTRUÇÃO, DEVIDAMENTE COMPROVADOS POR MEIO DE PERÍCIA. RISCO DE DESMORONAMENTO. HIPÓTESE INDENIZATÓRIA CONFIGURADA. RESSARCIMENTO DEVIDO. INCIDÊNCIA DA MULTA, OUTROSSIM, QUE SE IMPÕE.

*Atestando a prova técnica que os danos existentes no imóvel decorrem de vício de construção, resta configurado o sinistro acobertado pela apólice do seguro habitacional, cabendo à seguradora suportar o custo dos reparos devidos e a multa mensal prescrita no contrato, limitada ao valor da obrigação principal (art. 412, do CC/2002).*

Os Embargos de Declaração interpostos pela ora Agravante foram rejeitados com imposição de multa de 1% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 689/694).

A ação de piso ainda está pendente de decisão, com análise inclusive das cláusulas contratuais, podendo-se verificar se há cobertura pela apólice de possíveis vícios nas construções, apenas a análise do contrato e dos vícios apresentados poderiam indicar se existem ou não tais pleito.

Assim sem mais delongas, **rejeito** esta preliminar de carência de ação.

É COMO VOTO

- Rejeito, 24/07/2013.



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.**

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0006927-80.2013.8.17.0000(0308257-7) JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE.**

<b>AGRAVANTE:</b>	<b>SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS</b>
<b>ADVOGADO</b>	<b>Ilza Regina Defilippi Dias SP 027215</b>
<b>AGRAVADO</b>	<b>JOSEFINA VALÉRIA BEZERRA RODRIGUES DA SILVA E</b>
	<b>OUTROS</b>
<b>ADVOGADO</b>	<b>Daniella Torres Silva PE 018393</b>
<b>RELATOR.</b>	<b>DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA</b>

**MÉRITO.**

Não tem com prevalecer a insatisfação da agravante quando traz argumentos sobre a decisão do STJ no RESP 1.091.393 e nos EDCL no RESP 1.091.393 com relação a nova competência para julgamento das ações securitárias e consequente legitimação da Caixa Econômica Federal

A questão trazida ao crivo desta Câmara, é de fácil deslinde, pois se reporta a violação da Lei 12409/2011, bem como sobre a decisão do STJ no RESP 1.091.393 e nos EDCL no RESP 1.091.393 que consolidou a responsabilidade quanto a *competência* para conhecimento e processamento de ações que versam sobre o SH/SFH, com cobertura do FCVS – Fundo de Compensação de Variação Salarial, *como sendo da Justiça Federal*.

É verdade que a Lei 12409/2011, de 26.05.2011, resultado da Conversão da Medida Provisória 513/2010, atribuiu à Caixa Econômica Federal à administração do FCVS, assumindo direitos e obrigação do Seguro Habitacional.

No entanto, vigora no nosso ordenamento jurídico o Princípio da Irretroatividade das Leis conforme o art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. A aplicação dessa lei deve possuir efeitos prospectivos, e não retroagir para alcançar contratos pretéritos, celebrados sob os auspícios de legislação que estabelecia outras competências.

Aliás, a Corte Superior afastou a substituição processual requerida pela Caixa Econômica nos assuntos afetos à responsabilidade obrigacional decorrente de danos físicos nos imóveis construídos pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Importa frisar que a ação versa sobre seguro habitacional, contrato de natureza privada, celebrado entre mutuário e seguradora, não se justificando a inclusão no pólo passivo da Caixa Econômica Federal.

A Jurisprudência do STJ já havia sido pacificada quanto a essa discussão, entendendo que se o contrato de seguro não afetar o FCVS, inexistente será o interesse da Caixa Econômica Federal. Isso foi tão solidificado que se editou a lei supra para que o FCVS fosse o responsável pelos seguros. No entanto, repise-se, só aos contratados celebrados após a sua publicação, não podendo retroagir aos casos antigos.

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA MOVIDA CONTRA CAIXA SEGURADORA S.A. FATO NOVO. MODIFICAÇÃO LEGISLATIVA. LEI N. 12.409/2011. PRINCÍPIO DA PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO. ART. 87 DO CPC.**

1. Jurisprudência firme do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, nos feitos em que se discute contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, não afetando o fundo de compensação das variações salariais (FCVS), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo.

2. Controvérsia, no caso, restrita à seguradora e ao mutuário.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.**

3. Impossibilidade de se aferir a juridicidade das decisões das instâncias ordinárias no que concerne ao juízo competente, sob o enfoque de legislação então inexistente (Lei n. 12.409/2011).
4. A definição da competência segue o princípio da 'perpetuatio iurisdictionis'.
5. Proposta a demanda, modificação legislativa posterior, que não suprime órgão julgante, ou não altera a competência em razão da matéria, ou da hierarquia, é indiferente para alterar o juízo processante (art. 87 do CPC).
6. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.  
(AgRg no REsp 1170942/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2011, DJe 21/09/2011)

Corroborando com este entendimento, esta Corte Estadual editou súmula definindo que a existência de vício de construção não afasta a cobertura securitária.

**SÚMULA 058 – TJPE – “ A existência de vício de construção não afasta a cobertura securitária decorrente de contrato de seguro habitacional.**

E ainda, publicou súmula sobre a matéria da competência para julgar ações tema deste agravo.

**SUMULA 094 - TJPT - “A justiça estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional”**

À luz das considerações acima e sem mais delongas **NEGO PROVIMENTO** a este Recurso, para manter na íntegra a decisão requestada.

**É como voto.**

Recife, 24 de setembro de 2013.

**Des. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**  
**RELATOR.**